

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO
NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

REFRÊNCIA Nº CP-01-23

Fornecimento contínuo de Energia Elétrica em Baixa
Tensão Normal (BTN) e Média Tensão (MT)

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1. O presente procedimento segue a modalidade de Concurso Público, nos termos da alínea b) do nº 1 do Artigo 20º e 130º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, com as alterações da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, da Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e do Decreto-Lei nº 78/2022, de 07 de novembro (doravante CCP) e, adota a seguinte designação **“Fornecimento contínuo de Energia Elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN) e Média Tensão (MT)”**, com referência **CP-01-23**.
2. O presente procedimento encontra-se classificado com o código **09310000-5: Eletricidade**, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

ARTIGO 2.º - OBJETO DO CONCURSO

O presente concurso tem por objeto o fornecimento contínuo de energia elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN) e Média Tensão (MT)”, para a APPACDM de Coimbra - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do Caderno de Encargos

ARTIGO 3.º - ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade pública contratante é a APPACDM de Coimbra - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, doravante designada por APPACDM, com sede na Rua de Macau nº 70, R/Chão, 3030-059 Coimbra, com o contacto telefónico 964 521 409, e endereço de correio eletrónico: ccp@appacdmcoimbra.pt

ARTIGO 4.º - DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pela Direção da APPACDM, em reunião de 6 de fevereiro de 2023.

ARTIGO 5.º - FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO CONCURSO PÚBLICO

1. A Entidade adjudicante necessita adquirir energia elétrica, por forma a garantir o regular funcionamento da instituição.
2. A satisfação da necessidade exige o recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a Entidade Adjudicante assegurar a sua realização por via dos recursos

próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento.

3. A escolha do procedimento em causa baseia-se no valor do contrato e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e da alínea d) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, do artigo 18.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do CCP.

ARTIGO 6.º - CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
3. Poderão ainda os interessados apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Concurso.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1º a 20º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a entidade adjudicante, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

ARTIGO 7.º - PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do presente procedimento são as seguintes:
 - a) O Anúncio em Diário da República;
 - b) O Programa de Procedimento e seus anexos;
 - c) O Caderno de Encargos e seus anexos.

ARTIGO 8.º - CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados na sede da APPACDM, sita na Rua de Macau nº 70, R/Chão, 3030-059 Coimbra, e serão

integralmente disponibilizadas aos interessados que o solicitem, na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov (www.acingov.pt).

2. A consulta das peças de procedimento referidas no número anterior pode ainda ser efetuada pelos interessados das 10:00h às 12:00h e das 14:30h às 16:30h, na morada indicada no ponto 1, nos dias úteis, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, mediante pedido de marcação através da plataforma eletrónica.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta do procedimento.
4. O *download* das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
5. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no nº 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

ARTIGO 9.º - ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir também com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
 - c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 - d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.

- e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetem.
- f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

ARTIGO 10.º - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados pelo Júri do procedimento, no uso de competência delegada pela Direção da APPACDM.

ARTIGO 11.º - ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até ao último dia correspondente ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, por escrito, pelo júri do concurso, no uso de competência delegada, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente.
4. Os esclarecimentos referidos nos números 1 a 3 fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 12.º - ERROS E OMISSÕES

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica AcinGov, uma lista que identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados

pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 13.º - PREÇO BASE

1. O preço base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A.º do CCP, tendo igualmente em consideração os fatores externos e globais que atualmente tem influenciado o preço final da energia elétrica.
2. O preço contratual máximo encontra-se definido na Cláusula 15.ª do Caderno de Encargos.

SECÇÃO II - PROPOSTA

ARTIGO 14.º - PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A proposta, bem como os documentos que a instruem, será apresentada até às **17h00 horas do 9º dia consecutivo**, após a data de envio do anúncio do procedimento para o Diário da República Eletrónico.
2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanha deverá ser realizada através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, devendo cumprir com o disposto no artigo 9.º do presente programa de procedimento, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do art.º 137.º do CCP.
5. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

ARTIGO 15.º - PROPOSTA E DOCUMENTOS QUE A CONSTITUEM

1. A proposta deve ser instruída nos termos dos artigos 57.º e 58.º do CCP e deve ser apresentada em conformidade com o disposto no artigo 62.º do mesmo diploma legal, devendo ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
 - a. Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I do Código dos Contratos**

- Públicos**, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (Anexo I do Programa de procedimento);
- b. Proposta de preço, de acordo com o **Anexo IV** do presente Programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - c. Simulação que inclua todos os pontos de entrega, dos gastos referentes ao período de execução do fornecimento, de acordo com as Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, em formato editável, devendo incluir todas as componentes da fatura de eletricidade que nos termos da legislação e regulamentação sejam aplicáveis;
 - d. **Certidão atualizada do registo comercial** (certidão permanente) ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente;
 - e. No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo (s) (procuração ou documento equivalente);
 - f. Declaração de Independência da Proposta elaborada em conformidade com o **Anexo VI** ao presente programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
 - g. Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a formulação da sua proposta.
- 2. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
 - 3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do nº 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes.
 - 4. Para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

ARTIGO 16.º - IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

ARTIGO 17.º - PREÇOS DA PROPOSTA

- 1. Os preços da proposta são indicados em algarismos, e não incluem o IVA.

2. Na proposta deverá constar obrigatoriamente o preço total, arredondado a duas casas decimais e por extenso em euros e os preços unitários da parcela não regulada, arredondados a quatro casas decimais, e não incluem o IVA.
3. O **preço global da proposta deverá ser calculado de acordo com o definido no Anexo V** do presente programa de procedimento, entendendo-se como preço global da proposta, o valor total resultante do somatório da parcela regulada¹ com a parcela não regulada², bem como todos os impostos, taxas e contribuições legalmente obrigatórias para o prazo máximo de execução do contrato.
4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

ARTIGO 18.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade monofator, designadamente o preço da proposta, determinada apenas pela avaliação do preço da parcela não regulada enquanto único aspeto da execução do contrato, de acordo com a alínea b), n.º 1, artigo 74.º do CCP.
2. O preço da proposta referido no número anterior será o somatório relativo a todos os pontos de entrega da parcela não regulada, calculada de acordo com o previsto no Anexo V do presente programa de procedimento.
3. A ordenação das propostas será efetuada de forma decrescente e obtida da aplicação do critério de adjudicação.

ARTIGO 19.º - CRITÉRIO DE DESEMPATE

Aplicado o critério de adjudicação referido no artigo anterior, em caso de empate, para efeito de ordenação de propostas, o desempate será realizado através de sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade adjudicante. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma pontuação. A

¹ A componente do preço que corresponder, a cada momento, ao conjunto dos valores devidos, direta ou indiretamente, pela adesão e utilização das infraestruturas que integram o SEN (Sistema Elétrico Nacional), nomeadamente, as tarifas de acesso às redes. Os valores referidos são fixados administrativamente pela ERSE e revistos periodicamente.

² Corresponde à componente do preço que é livremente fixada pelo concorrente e calculada de acordo com a fórmula apresentada no Anexo V do presente programa de procedimento.

ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.

ARTIGO 20.º - PROPOSTAS COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

ARTIGO 21.º - NEGOCIAÇÃO

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

ARTIGO 22.º - PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

ARTIGO 23.º - PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
2. Quando as retificações das peças do concurso se verificarem por iniciativa da entidade adjudicante, (independentemente do momento da sua comunicação ou por aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados por qualquer interessado) e implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo para a entrega das propostas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão proferida quanto a erros e/ou omissões.

ARTIGO 24.º - CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. O disposto no número anterior rege-se pelo estabelecido no artigo 66.º do CCP.

SECÇÃO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

ARTIGO 25.º - ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados, sendo analisados em todos os seus atributos, termos e condições e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 18º - Critério de adjudicação, do presente Programa de Procedimento.
2. Serão excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP, podendo ainda excluir as propostas que não cumpram com o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
3. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Programa de procedimento.

ARTIGO 26.º - LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma AcinGov.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo possível, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

ARTIGO 27.º - ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.



ARTIGO 28.º - SUPRIMENTOS DA PROPOSTA

1. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.

ARTIGO 29.º - RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas e fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 27.º do presente Programa de procedimento.
3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

ARTIGO 30.º - AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do CCP.

ARTIGO 31.º - RELATÓRIO FINAL

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 25.º do presente Programa de Procedimento.
2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO IV – ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 32.º - DEVER DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta ou escolhe uma de entre as apresentadas.

ARTIGO 33.º - NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 34º do Programa de procedimento;
 - b) Prestar a devida caução, se aplicável;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - d) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. A notificação referida no n.º 1 é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

SECÇÃO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

ARTIGO 34.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para efeitos de contratação o adjudicatário deverá, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob pena da adjudicação caducar, apresentar através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do presente programa de procedimento, que corresponde ao Anexo II do CCP (já com as alterações previstas no artigo 23.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, que faz parte integrante do programa do procedimento;
 - b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas na alínea b) e h), do n.º 1, do artigo 55.º do CCP, designadamente, certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;
 - e) Declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio, de acordo com Anexo III ao presente Programa de Procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - f) Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo e/ou código de acesso online para consulta eletrónica;
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

ARTIGO 35.º - IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no número anterior para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.
4. A apresentação dos documentos de habilitação deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública, devendo cumprir com o disposto no artigo 9.º do presente Programa de procedimento.
5. Quando os documentos a que se refere a alínea b), c), d) e f) do nº 1 do artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao representante da Entidade Adjudicante o endereço dos sítios onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos alínea b), c),

- d) e f) do n.º 1 do artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.
7. Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se impunha.
 8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
 9. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de dois dias úteis.
 10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

ARTIGO 36.º - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS

1. Quando o Adjudicatário for um agrupamento de concorrentes de pessoas singulares ou coletivas:
 - a) Os documentos previstos nas alíneas b), c), d) e f) do n.º 1 do artigo 34.º do Programa de procedimento e das alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55.º devem ser apresentados por todas as entidades que integram o agrupamento
 - b) Os documentos previstos nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 34.º do Programa de procedimento devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes, caso ainda não tenham sido apresentados, ou não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes;
 - c) Os documentos previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP devem ser apresentados por todos os seus membros das entidades que integram o agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade, bem como por todas as entidades que integram o agrupamento.

ARTIGO 37.º - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Não há lugar a prestação da caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

ARTIGO 38.º - NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1 do artigo 34.º do presente Programa de Procedimento.
 - b) No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
 - c) Os documentos não se encontrarem redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Nos casos previstos nos números anterior o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VI – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

ARTIGO 39.º - REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

O contrato será, nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

ARTIGO 40.º - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 41.º - ACEITAÇÃO E RECLAMAÇÕES À MINUTA DE CONTRATO

1. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o caderno de encargos e a proposta nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

ARTIGO 42.º - OUTORGA DO CONTRATO

1. A eventual outorga do contrato, terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. A Entidade adjudicante comunica ao adjudicatário com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a data limite da outorga e remessa do contrato.

3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada em 2.

ARTIGO 43.º - NÃO OUTORGA DO CONTRATO

- a. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.
- b. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
- c. Se, por facto que lhe seja imputável à Entidade Adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto, o Adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.
- d. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

SECÇÃO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 44.º - PROVA DE DECLARAÇÕES

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 45.º - NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da referida plataforma eletrónica nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

ARTIGO 46.º - FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 47.º - ENCARGOS DO CONCORRENTE

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta;
2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

ARTIGO 48.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. As normas do programa de procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, com as alterações da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, da Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e do Decreto-Lei n.º 78/2022, de 07 de novembro, e demais legislação em vigor aplicável.

ANEXOS:

- **Anexo I** – Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;
- **Anexo II** – Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio];
- **Anexo III** – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
- **Anexo IV** - Modelo de proposta de preço;
- **Anexo V** –Cálculo do preço global da proposta;
- **Anexo VI** – Declaração de independência da proposta;
- **Caderno de Encargos** - inerente ao procedimento em causa, elaborado no âmbito do artigo 42.º do CCP, nos termos do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;
- **Anúncio no Diário da República.**

A direção da APPACDM de Coimbra,

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e,

se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57 do CCP e do artigo 9.º do presente programa de procedimento.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), fornecedor(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e do artigo 9.º do presente programa de procedimento.

ANEXO III

Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato n.º CP-01-23 relativo a Fornecimento contínuo de Energia Elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN) e Média Tensão (MT) lançado pela APPACDM de Coimbra - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local), ... (data), ...

[Assinatura Eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) da Empresa(1)]

(1) Nos termos do disposto no Artigo 9.º do Programa de Procedimento

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço

(Nome do concorrente), com sede na (morada do concorrente), pessoa coletiva n.º _____, obriga-se a fornecer o bem objeto do presente Concurso Público CP-01-23 relativo ao Fornecimento contínuo de Energia Elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN) e Média Tensão (MT)", para a APPACDM de Coimbra, em conformidade com as peças do procedimento, pelo preço contratual global de _____€ (extenso), para o prazo máximo de execução máximo de 12 meses, englobando todas as despesas inerentes ao fornecimento, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

Para o cálculo do valor global proposto, foram considerados os seguintes preços unitários:

TARIFA DE ACESSO ÀS REDES EM BTN		PREÇOS REGULADOS*
Potência Contratada		(EUR/kW.dia)
Tarifa simples, bihorária e tri-horária	6,90 kVA	0,1797
	27,60	0,7187
	34,50	0,8983
Energia Ativa		EUR/kWh
Tarifa Simples		-0,0958
BTN >20,7 kVA Tarifa tri-horária	Horas de ponta	0,0601
	Horas cheias	-0,0449
	Horas de vazio	-0,0631
BTN ≤ 20,7 kVA Tarifa tri-horária	Horas de ponta	-0,0018
	Horas cheias	-0,1069
	Horas de vazio	-0,1185

TARIFA DE ACESSO ÀS REDES EM MT		PREÇOS REGULADOS*
Potência		(EUR/kW.dia)
	Contratada	0,0155
	Horas de Ponta	0,2284
Energia Ativa		EUR/kWh
	Horas de ponta	-0,0504
	Horas cheias	-0,0509
	Horas de vazio normal	-0,0520
	Horas de super vazio	-0,0524

Energia Reativa		EUR/kvarh
	Indutiva	0,0015
	Capacitiva	0,0011

* Os valores apresentados estão de acordo com as tarifas e preços de energia elétrica e outros serviços para 2023 aprovados pela Diretiva n.º 3/2023, de 11 de janeiro de 2023, nos termos previamente estabelecidos pelo Regulamento, acessível na página da internet da ERSE.

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS	PREÇO UNITÁRIO (EUR/kWh)
Imposto Especial de Consumo	0,001
Contribuição Audiovisual (mês)	2,85€ (mês)
Taxa DGEG (mês), se aplicável	0,35€ (mês)
Outros legalmente obrigatórios, nomeadamente os decorrentes do Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio (se aplicável).	

PREÇO PROPOSTO POR PONTO DE ENTREGA:

Ponto de entrega n.º 1 – SEDE			
Código do Ponto de Entrega:	PT 0002000013619016FY		
Morada do Fornecimento:	R. de Macau nº 70, 3030-059, Coimbra		
Nível da tensão	BTN		
Ciclo horário	Diário		
Tarifa	Tri-horário		
Potência Contratada	6,90 KVA		
Volume de consumo mensal em kWh	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	71 kWh	160 kWh	39 kWh
	270 kWh		

A – Preço unitário (€/kWh) da variável K da parcela não regulada, proposto pelo concorrente.	Cheias	€	Preencher
	Ponta	€	Preencher
	Vazio Normal	€	Preencher

B – Valor total da parcela regulada ³ para o prazo global do contrato	€	Preencher
C – Valor total da parcela não regulada ⁴ para o prazo global do contrato	€	Preencher
D – Impostos, taxas e contribuições legalmente exigidas ⁵ para o prazo global do contrato	€	Preencher
E - Preço Global em euros para o prazo contratual máximo proposto pelo concorrente (B + C + D)	€	Preencher

Ponto de entrega n.º 2 – DANDÉLIO			
Código do Ponto de Entrega:	PT 0002000121834809TV		
Morada do Fornecimento:	R. Vicente Pindela, N.º 30, 3030-030 Coimbra		
Nível da tensão	BTN		
Ciclo horário	Diário		
Tarifa	Tri-horário		
Potência Contratada	34,50 KVA		
Volume de consumo mensal em kWh	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	450 kWh	1190 kWh	326 kWh
	1966 kWh		

³ A componente do preço que corresponder, a cada momento, ao conjunto dos valores devidos, direta ou indiretamente, pela adesão e utilização das infraestruturas que integram o SEN (Sistema Elétrico Nacional), nomeadamente, as tarifas de acesso às redes.

⁴ Corresponde à componente do preço que é livremente fixada pelo concorrente, calculada de acordo com a fórmula prevista no Anexo V do programa de procedimento.

⁵ Outras taxas, impostos ou contribuições tais como Contribuição audiovisual, Taxa de exploração da Direção Geral de Energia e Geologia (Taxa DGEg), imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) ou outros legalmente obrigatórios, nomeadamente os decorrentes do Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio (se aplicável).

A – Preço unitário (€/kWh) da variável K da parcela não regulada, proposto pelo concorrente.	Cheias	€	Preencher
	Ponta	€	Preencher
	Vazio Normal	€	Preencher Preencher
B – Valor total da parcela regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
C – Valor total da parcela não regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
D – Impostos, taxas e contribuições legalmente exigidas para o prazo global do contrato		€	Preencher
E - Preço Global em euros para o prazo contratual máximo proposto pelo concorrente (B + C + D)		€	Preencher

Ponto de entrega n.º 3 – RESIDENCIAL			
Código do Ponto de Entrega:	PT 0002000050548251LG		
Morada do Fornecimento:	R. Machado de Castro, N.º 6, 3000-254 Coimbra		
Nível da tensão	BTN		
Ciclo horário	Diário		
Tarifa	Tri-horário		
Potência Contratada	27,60 KVA		
Volume de consumo mensal em kWh	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	235 kWh	427 kWh	248 kWh
	910 kWh		

A – Preço unitário (€/kWh) da variável K da parcela não regulada, proposto pelo concorrente.	Cheias	€	Preencher
	Ponta	€	Preencher
	Vazio Normal	€	Preencher
B – Valor total da parcela regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
C – Valor total da parcela não regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
D – Impostos, taxas e contribuições legalmente exigidas para o prazo global do contrato		€	Preencher
E - Preço Global em euros para o prazo contratual máximo proposto pelo concorrente (B + C + D)		€	Preencher

Ponto de entrega n.º 4 – MONTEMOR			
Código do Ponto de Entrega:	PT 0002000014326977ZG		
Morada do Fornecimento:	Av. Bombeiros Voluntários Montemor-o-Velho, N.º 362 3140-250 Montemor-o-Velho		
Nível da tensão	BTN		
Ciclo horário	Diário		
Tarifa	Tri-horário		
Potência Contratada	27,60 KVA		
Volume de consumo mensal em kWh	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	242 kWh	743 kWh	247 kWh
	1232 kWh		

A – Preço unitário (€/kWh) da variável K da parcela não regulada, proposto pelo concorrente.	Cheias	€	Preencher
	Ponta	€	Preencher
	Vazio Normal	€	Preencher Preencher
B – Valor total da parcela regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
C – Valor total da parcela não regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
D – Impostos, taxas e contribuições legalmente exigidas para o prazo global do contrato		€	Preencher
E - Preço Global em euros para o prazo contratual máximo proposto pelo concorrente (B + C + D)		€	Preencher

Ponto de entrega n.º 5 – ARGANIL			
Código do Ponto de Entrega:	PT 0002000028011575DQ		
Morada do Fornecimento:	R. Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil		
Nível da tensão	BTN		
Ciclo horário	Diário		
Tarifa	Tri-horário		
Potência Contratada	34,50 KVA		
Volume de consumo mensal em kWh	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	509 kWh	895 kWh	442 kWh
	1846 kWh		

A – Preço unitário (€/kWh) da variável K da parcela não regulada, proposto pelo concorrente.	Cheias	€	Preencher
	Ponta	€	Preencher
	Vazio Normal	€	Preencher Preencher
B – Valor total da parcela regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
C – Valor total da parcela não regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
D – Impostos, taxas e contribuições legalmente exigidas para o prazo global do contrato		€	Preencher
E - Preço Global em euros para o prazo contratual máximo proposto pelo concorrente (B + C + D)		€	Preencher

Ponto De Entrega n.º 6 - S. Silvestre - Quinta Varela				
Código do Ponto de Entrega:	PT 0002000100457495MF			
Morada do Fornecimento:	R. das Tílias,1,3025-574 S. Silvestre Coimbra			
Nível de tensão	MT			
Ciclo horário	Ciclo Semanal com Feriados			
Tarifa				
Potência Contratada	116,25 KVA			
Volume de consumo mensal em kWh	Super Vazio	Vazio Normal	Ponta	Cheias
	1036 kWh	1538 kWh	1052 kWh	3031 kWh
	6657 kWh			

A – Preço unitário (€/kWh) da variável K da parcela não regulada, proposto pelo concorrente.	Cheias	€	Preencher
	Ponta	€	Preencher
	Vazio normal	€	Preencher
	Super Vazio	€	Preencher
B – Valor total da parcela regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
C – Valor total da parcela não regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
D – Impostos, taxas e contribuições legalmente exigidas para o prazo global do contrato		€	Preencher
E - Preço Global em euros para o prazo contratual máximo do contrato proposto pelo concorrente (B + C + D)		€	Preencher

Ponto De Entrega n.º 7 – TOCHA				
Código do Ponto de Entrega:	PT 0002000068370304KR			
Morada do Fornecimento:	Quinta da Fonte Quente, 3060-673, Tocha			
Nível de tensão	MT			
Ciclo horário	Ciclo Semanal com Feriados			
Tarifa				
Potência Contratada	186,00 KVA			
Volume de consumo mensal em kWh	Super Vazio	Vazio Normal	Ponta	Cheias
	2526 kWh	4700 kWh	12941 kWh	10372 kWh
	30539 kWh			

A – Preço unitário (€/kWh) da variável K da parcela não regulada, proposto pelo concorrente.	Cheias	€	Preencher
	Ponta	€	Preencher
	Vazio normal	€	Preencher
	Super Vazio	€	Preencher
B – Valor total da parcela regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
C – Valor total da parcela não regulada para o prazo global do contrato		€	Preencher
D – Impostos, taxas e contribuições legalmente exigidas para o prazo global do contrato		€	Preencher
E - Preço Global em euros para o prazo contratual máximo do contrato proposto pelo concorrente (B + C + D)		€	Preencher

Mais declara que no valor proposto, acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. A presente proposta é válida por ____ (extenso) dias.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Em anexo enviamos os documentos da proposta de acordo com o solicitado no artigo 15.º do Programa de Procedimento.

Data: ____/____/____

[Assinatura Eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) da Empresa(1)]

(1) Nos termos do disposto no Artigo 9.º do Programa de Procedimento

ANEXO V

CÁLCULO DO PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA

O Preço Global da Proposta (PGP) resultará do somatório da parcela regulada com a parcela não regulada, bem como todos os impostos, taxas e contribuições legalmente obrigatórias para o prazo máximo de execução do contrato de todos os pontos de entrega objeto do contrato.

O preço global da proposta (PGP) deverá ser calculado tendo em consideração os pontos de entrega e os níveis de tensão contratados definidos na parte II do caderno de encargos.

O concorrente deverá calcular o valor da proposta de **cada ponto de entrega** nos seguintes termos:

$$\text{PGP} = \text{Parcela Regulada (PR)} + \text{Parcela Não Regulada (PNR)} + \text{Outras taxas, impostos ou contribuições}$$

Entendendo-se por:

- **PGP** – preço global da proposta;
- **Parcela Regulada (PR)** – a componente do preço que corresponder, a cada momento, ao conjunto dos valores devidos, direta ou indiretamente, pela adesão e utilização das infraestruturas que integram o SEN (Sistema Elétrico Nacional) nomeadamente, as tarifas de acesso às redes para o nível de tensão contratado para o prazo máximo de execução do contrato.
- **Parcela Não Regulada (PNR)** – corresponde à componente do preço que é livremente fixada pelo fornecedor.
- **Outras taxas, impostos ou contribuições** tais como Contribuição audiovisual, Taxa de exploração da Direção Geral de Energia e Geologia (Taxa DGEG), imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) ou outros legalmente obrigatórios, nomeadamente os decorrentes do Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio (se aplicável), para o prazo máximo de execução do contrato. Considerando que o valor do ajuste é variável, os concorrentes para o cálculo do ajuste deverão respeitar o previsto no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio e os dados fornecidos pelo OMIE, tendo como data de referência o dia da publicação do anúncio do presente procedimento no Diário da República.

PREÇOS DA PARCELA REGULADA (PR)

TARIFA DE ACESSO ÀS REDES EM BTN		PREÇOS REGULADOS*
Potência Contratada		(EUR/kW.dia)
Tarifa simples, bihorária e tri-horária	6,90 kVA	0,1797
	27,60	0,7187
	34,50	0,8983
Energia Ativa		EUR/kWh
Tarifa Simples		-0,0958
BTN >20,7 kVA Tarifa tri-horária	Horas de ponta	0,0601
	Horas cheias	-0,0449
	Horas de vazio	-0,0631
BTN ≤ 20,7 kVA Tarifa tri-horária	Horas de ponta	-0,0018
	Horas cheias	-0,1069
	Horas de vazio	-0,1185

TARIFA DE ACESSO ÀS REDES EM MT		PREÇOS REGULADOS*
Potência		(EUR/kW.dia)
	Contratada	0,0155
	Horas de Ponta	0,2284
Energia Ativa		EUR/kWh
	Horas de ponta	-0,0504
	Horas cheias	-0,0509
	Horas de vazio normal	-0,0520
	Horas de super vazio	-0,0524
Energia Reativa		EUR/kvarh
	Indutiva	0,0015
	Capacitiva	0,0011

* Os valores apresentados estão de acordo com as tarifas e preços de energia elétrica e outros serviços para 2023 aprovados pela Diretiva n.º 3/2023, de 11 de janeiro de 2023, nos termos previamente estabelecidos pelo Regulamento, acessível na página da internet da ERSE.

PREÇOS DA PARCELA NÃO REGULADA

O valor da componente da parcela não regulada resultará da seguinte fórmula para **cada ponto de entrega**:

$$\text{Parcela não regulada} = [V_{h,d} \times (P_{h,d} \times (1 + Y_{h,d}) + K)] \times 12$$

Em que:

- **$P_{h,d}$** = Média aritmética do Preço OMIE PT (Portugal) em €/kWh, hora a hora, dia a dia, para o mês anterior à publicação do anúncio do procedimento no Diário da República (período entre 01/01/2023 a 31/01/2023) = 0,06935
- **K** = Custos da operativa grossista e retalhista.
- **$Y_{h,d}$** = Média aritmética dos valores das Perdas hora a hora, dia a dia, para o mês de dezembro, resultado da publicação anual pela ERSE dos perfis de perdas, para cada ano no nível de tensão contratado

Nível de tensão contratado	Média aritmética dos valores das Perdas para dezembro
BT	1,1797
MT	1,0737

*O cálculo do valor das perdas foi calculado tendo em consideração a fórmula prevista no artigo 28.º do Regulamento de Acesso às Redes e Interligações.

- **$V_{h,d}$** = Volume de consumo mensal em kWh por ponto de entrega:

Ponto de entrega n.º 1	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	71 kWh	160 kWh	39 kWh
	270 kWh		
Ponto de entrega n.º 2	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	450 kWh	1190 kWh	326 kWh
	1966 kWh		
Ponto de entrega n.º 3	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	235 kWh	427 kWh	248 kWh
	910 kWh		
Ponto de entrega n.º 4	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	242 kWh	743 kWh	247 kWh
	1232 kWh		
Ponto de entrega n.º 5	Ponta	Cheias	Vazio Normal
	509 kWh	895 kWh	442 kWh
	1846 kWh		

Ponto de entrega n.º 6	Super Vazio	Vazio Normal	Ponta	Cheias
	1036 kWh	1538 kWh	1052 kWh	3031 kWh
6657 kWh				
Ponto de entrega n.º 7	Super Vazio	Vazio Normal	Ponta	Cheias
	2526 kWh	4700 kWh	12941 kWh	10372 kWh
30539 kWh				

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DA PROPOSTA

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁶ ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento CP-01-23 relativo ao **“Fornecimento contínuo de Energia Elétrica em Baixa Tensão Normal (BTN) e Média Tensão (MT)”**, lançado pela APPACDM de Coimbra declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

[Assinatura Eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) da Empresa(1)]

(1) Nos termos do disposto no Artigo 9.º do Programa de Procedimento

⁶ Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.